

Prime Cater Comercial de Produtos Alimentícios S.A. CNPJ/MF nº 17.283.362/0001-30																			
Demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																			
Balancos Patrimoniais					Demonstração do Resultado					Demonstrações dos Fluxos de Caixa									
Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Receita líquida		Custos dos produtos vendidos		Atividades operacionais		Prejuízo antes do IR e da CS		Atividades de investimento		Atividades de financiamento	
Notas	31/12/2025	31/12/2024	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>1. Contexto operacional:</b> A Prime Cater Comercial de Produtos Alimentícios S.A. ("Companhia") sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Louveira, Estado de São Paulo, tem por objeto social fabricação de produtos de carne, o comércio atacadista de carnes bovinas, suínas, ovinas e derivados; serviços de alimentação para eventos e recepções - buffet; comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais; e comércio atacadista de aves abatidas e derivados; comércio varejista e atacadista de artigos para churrasco, utensílios domésticos, artigos de empório, carneão, bebidas alcoólicas e não alcoólicas e livros relacionados a churrasco e culinária.																			
<b>2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:</b> As demonstrações contábeis da Prime Cater Comercial de Produtos Alimentícios S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela diretoria da Companhia em 23 de Março 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. <b>2.1. Declaração de conformidade:</b> As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias Empresas (NBC TG 1000 (R1)), que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos das orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores. <b>2.2. Base de mensuração:</b> As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos. <b>2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> A moeda funcional da Companhia é o real, a mesma moeda de preparação e de apresentação das demonstrações contábeis. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.																			
<b>2.4. Transações e saldos em moeda diferente de sua moeda funcional:</b> Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários mensurados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconhecidos para o real à taxa de câmbio na data da avaliação. Ativos e passivos não monetários são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira reconhecidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. <b>2.5. Uso de estimativas e julgamentos:</b> A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua e tais revisações são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. <b>2.6. Alterações e atualizações nas práticas contábeis e divulgações:</b> Não existem normas e interpretações contábeis emitidas em 2025 e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia em suas demonstrações contábeis. <b>3. Caixa e equivalentes de caixa:</b> Caixa e equivalentes de caixa abrangem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. A tabela a seguir, compreende os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.																			
<b>Descrição</b>																			
Banco Conta corrente																			
Aplicações financeiras (a)																			
<b>Total</b>																			
<b>(a)</b> As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Interbancários (CDB) e títulos emitidos e comprados por instituições financeiras, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósitos Interbancários (CDB), e possuem liquidez imediata. O rendimento médio das aplicações financeiras no exercício de 2025 foram entre 90% e 102% do CDI (90% a 106% do CDI em 2024). A variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa no período decorre, principalmente, da geração de caixa líquido das atividades operacionais e, em menor escala, do aporte de capital realizado pelos acionistas, que contribuiu para o aumento da posição de liquidez da Companhia. <b>4. Contas a receber:</b> As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representados desses créditos, menos a eventual estimativa de perda do valor recuperável, e segregados entre circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento. As perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base nas perdas esperadas, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber. As despesas com a constituição das perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas operacionais comerciais" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício. Os saldos da rubrica de contas a receber estão demonstrados conforme tabela apresentada a seguir:																			
<b>Descrição</b>																			
Contas a receber nacional																			
PCE (I)																			
<b>Total</b>																			
A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:																			
<b>Descrição</b>																			
A vencer																			
De 0 a 30 dias																			
De 31 a 90 dias																			
De 91 a 180 dias																			
Acima de 180 dias																			
<b>Total</b>																			
A movimentação dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:																			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>																			
Adições																			
Baixas efetivas																			
Reversões e baixas																			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>																			
<b>5. Estoques em 31 de dezembro de 2025 e 2024:</b> Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor de mercado e das eventuais perdas, quando aplicável. As provisões para estoques de baixa movimentação ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.																			
<b>Descrição</b>																			
Matéria prima (a)																			
Produto acabado																			
Embalagem																			
<b>Total</b>																			
<b>(a)</b> A redução dos estoques decorre da evolução nos processos de gestão da Companhia, aliada à revisão da política de estoques. Essas iniciativas permitiram operar em níveis inferiores aos observados no exercício anterior, com foco na otimização do capital de giro, sem comprometer o nível de atendimento ao mercado. <b>6. Tributos a recuperar:</b>																			
<b>Descrição</b>																			
PIS e Cofins																			
ICMS																			
ICMS CIAP																			
Saldo negativo IRPJ																			
Saldo negativo CSLL																			
IRRF de aplicação financeira																			
IPI																			
INSS																			
Outros Impostos																			
<b>Total</b>																			
<b>7. Despesas antecipadas e adiantamentos:</b>																			
<b>Descrição</b>																			
Seguros a apropriar (a)																			
Adiantamentos																			
Despesas de empréstimos a apropriar (b)																			
Outras despesas antecipadas																			
<b>Total</b>																			
<b>8. Obrigações trabalhistas:</b>																			
<b>Descrição</b>																			
Provisão de férias e INSS e FGTS																			
Provisão de bônus																			
INSS a recolher																			
FGTS a recolher																			
IRRF sobre salários																			
Outras obrigações																			
<b>Total</b>																			
<b>13. Outras contas a pagar:</b> As provisões são reconhecidas quando a Com-																			
<b>9. Outros ativos:</b> Outros ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando é provável que os benefícios econômicos atuais decorrentes dos ativos em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.																			
<b>Descrição</b>																			
Consórcios (I)																			
ICMS Imobilizado Longo Prazo																			
Depósitos judiciais																			
<b>Total</b>																			
<b>(I)</b> Consórcio realizado para aquisição de ativo imobilizado. <b>10. Fornecedores:</b> As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar estão classificadas como passivos circulantes pois os pagamentos são devidos por período inferior a um ano.																			
<b>Descrição</b>																			
Fornecedores nacionais																			
<b>Total</b>																			
<b>11. Empréstimos e financiamentos:</b> Empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados. Após registro inicial, podem ser acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Os gastos com prêmios, descontos e custos de transação são amortizados para despesa financeira utilizando o método de juros efetivos.																			
<b>Descrição</b>																			
Vencimento																			
Taxa a.a.																			
31/12/2025																			
31/12/2024																			
Capital de giro																			
10/2030																			
De 17% a 24,7%																			
32.057																			
44.263																			
De 15,8% a 17,3%																			
1.376																			
4.490																			
<b>Total</b>																			
33.433																			
48.753																			
Circulante																			
23.926																			
7.430																			
Não circulante																			
12.448																			
23.474																			
<b>Total</b>																			
33.433																			
48.753																			
<b>(a) Garantias:</b> Os empréstimos referentes a capital de giro junto aos bancos tem como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios de duplicatas mercantis e para os contratos de leasing os próprios bens e equipamentos adquiridos representando as garantias desta modalidade. <b>b) Clausulas restritivas:</b> A Companhia não possui operações de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas atreladas em 2025. <b>c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:</b>																			
<b>Saldo Inicial</b>																			
(+ Captação de empréstimo																			
(+ Juros incorridos																			
(- Pagamentos																			
<b>Total</b>																			
<b>12. Obrigações trabalhistas</b>																			
<b>Descrição</b>																			
Provisão de férias e INSS e FGTS																			
Provisão de bônus																			
INSS a recolher																			
FGTS a recolher																			
IRRF sobre salários																			
Outras obrigações																			
<b>Total</b>																			
<b>13. Outras contas a pagar:</b> As provisões são reconhecidas quando a Com-																			
<b>16. Patrimônio líquido:</b> O CPC PME (R1) estabeleceu uma estrutura abrangente na seção 23 - Receitas para determinar se e quando a receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando a Companhia tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos produtos e o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. <b>Impostos sobre venda de mercadorias:</b> Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não para recuperar junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; ou quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; ou o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído no custo dos componentes dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, de acordo com as alíquotas básicas:																			
<b>% - Alíquotas</b>																			
Programa Integração Social (PIS)																			
Contribuição para Seguridade Social (Cofins)																			
ICMS (aliquota média)																			
<b>31/12/2025</b>																			
<b>31/12/2024</b>																			
Receita líquida																			
Descontos e devoluções																			
Imposto sobre receita																			
<b>Total</b>																			
<b>16. Custos dos produtos vendidos:</b>																			
<b>Descrição</b>																			
Custos das mercadorias vendidas																			
Custo de mão de obra																			
Energia elétrica																			
Aluguel e condomínio																			
Outros custos																			
Custos com depreciação																			
Perdas																			
Manutenção de equipamentos																			
(-) PIS, Cofins e ICMS																			
Aluguel de equipamento																			
Seguros																			
Serviço de armazenagem																			
<b>Total</b>																			
<b>19. Despesas com pessoal e encargos:</b>																			
<b>Descrição</b>																			
Salários e ordenados																			
Remuneração Variável																			
Impostos (INSS e FGTS)																			
Provisões de férias e 13º																			
Benefícios																			
Outras despesas com pessoal																			
<b>Total</b>																			
<b>20. Despesas administrativas e gerais:</b>																			
<b>Descrição</b>																			
Consultoria e serviços de terceiros																			
Informática e Software																			
Outras despesas administrativas																			
PCLD																			
<b>Total</b>																			
<b>21. Despesas operacionais comerciais:</b>																			
<b>Descrição</b>																			
Despesas comerciais B2B																			
Despesas com logística B2B																			
Trade & Marketing																			
Despesas comerciais B2C																			
<b>Total</b>																			
<b>22. Despesas com depreciação:</b>																			
<b>Descrição</b>																			
Computadores																			
Móveis e utensílios																			
Benefícios																			
Licença de uso																			
Baixas de imobilizado																			
<b>Total</b>																			
<b>23. Resultado financeiro:</b>																			
<b>Descrição</b>																			
Receitas																			
Receita sobre aplicação financeira																			
Juros ativos																			
Outras receitas																			
<b>Despesas</b>																			
Bancárias																			
Juros sobre financiamento																			
Seguro sobre aplicação financeira																			
Quitas despesas financeiras																			
Tarifa de cartão de crédito																			
<b>Total</b>																			
<b>24. Provisões para contingências:</b> A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações. As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (I) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais e técnicas jurídicas favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (II) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e seus assessores jurídicos revisaram os processos em curso. Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. Em 31 de dezembro de 20																			